

Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
 Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
 Francisco Mesquita (1927-1969)
 Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
 Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)

Américo de Campos (1875-1884)
 Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
 Plínio Barreto (1927-1958)

Eike, emblema e indício

✱
**DEMÉTRIO
 MAGNOLI**

Eike Batista valia US\$ 1,5 bilhão em 2005, US\$ 6,6 bilhões em 2008, US\$ 30 bilhões em 2011 e US\$ 9,5 bilhões em março passado, depois de 12 meses em que seu patrimônio encolheu num ritmo médio de US\$ 50 milhões por dia. Desconfie das publicações de negócios quando se trata do perfil dos investimentos de grandes empresários. Apenas cinco anos atrás uma influente revista de negócios narrou a saga de Eike sem conectá-la uma única vez à sigla BNDES. Mas o ciclo de destruição implacável de valor das ações do Grupo X acendeu uma fúria de jornalismo investigativo. Hoje o nome do empresário anda regularmente junto às cinco letrinhas providenciais – e emergem até mesmo reportagens que o conectam a outras quatro letrinhas milagrosas: Lula.

A história de Eike é, antes de tudo, um emblema do capitalismo de Estado brasileiro. Durante o regime militar, Eliezer Batista circulou pelos portões giratórios que interligavam as empresas mineradoras internacionais à estatal Vale do Rio Doce. Duas décadas depois seu filho se converteu no ícone de uma estratégia de modernização do capitalismo de Estado que almeja produzir uma elite de megaempresários associados à nova elite política lulista.

“O BNDES é o melhor banco do mundo”, proclamou Eike em 2010, no lançamento das obras do Superporto Sudeste, da MMX. O projeto, orçado em R\$ 1,8 bilhão, acabava de receber financiamento de R\$ 1,2 bilhão do banco público de desenvolvimento, que também é sócio das empresas LLX, de logística, e MPX, de energia. No ano seguinte o banco negociou com o empresário duas operações de injeção de capital no valor de R\$ 3,2 bilhões, aumentando em R\$ 600 milhões sua participação na MPX e abrindo uma linha de crédito de R\$ 2,7 bilhões para as obras do estaleiro da OSX, orçadas em pouco mais de R\$ 3 bilhões, no Porto do Açu, da LLX. Hoje o endividamento do Grupo X com o banco mais generoso do mundo gira em torno de R\$ 4,5 bilhões – algo como 23% do seu valor total de mercado.

“A natureza sempre foi gene-

rosa comigo”, explicou Eike. “As pessoas ricas foram as que mais ganharam dinheiro no meu governo”, explicou Lula. A política, não a economia, a “natureza” ou a sorte, inflou o balão do Grupo X. Dez anos atrás o BNDES não era “o melhor banco do mundo”. Alcançou essa condição por meio de uma expansão assombrosa de seu capital deflagrada no final do primeiro mandato de Lula da Silva. A mágica sustentou-se sobre o truque prosaico da transferência de recursos do Tesouro Nacional para o BNDES. O dinheiro ilimitado que irrigou o Grupo X e impulsionou uma bolha de expectativas desmesuradas no mercado acionário é, num sentido brutalmente literal, seu, meu, nosso, dos filhos de todos nós e das crianças que ainda não nasceram, mas pagarão a conta da dívida pública gerada pela aventura do empresário emblemático.

Eike é emblema, mas também indício. A saga da célere ascensão e do ainda mais rápido declínio do Grupo X contém uma profusão de pistas, ainda não exploradas, das relações perigosas entre o círculo interno do lulismo e o mundo dos altos negócios.

Na condição de “consultor privado”, em julho de 2006 o ex-ministro José Dirceu viajou à Bolívia, num jatinho da MMX, exata-

Foi a política, e não a economia, a ‘natureza’ ou a sorte, que inflou o balão do Grupo X

mente quando o governo de Evo Morales recusava licença de operação à siderúrgica de Eike. Nos anos seguintes, impulsionado por um fluxo torrencial de dinheiro do BNDES, o Grupo X atravessou as corredeiras da fortuna. Durante a travessia, em 2009 o empresário contou com o beneplácito de Lula para uma tentativa frustrada de adquirir o controle da Vale, pela compra a preço de oportunidade da participação acionária dos fundos de pensão, do BNDES e do Bradesco na antiga estatal. Naquele mesmo ano o fracasso de bilheteria *Lula, o Filho do Brasil*, produzido com orçamento recordista, contou com o aporte de R\$ 1 milhão do empreendedor X.

A parceria entre os dois “filhos do Brasil” não foi abalada

pela reversão do movimento da roda da fortuna. Em janeiro passado, a bordo do jato do virtuoso empresário, Eike e o ex-presidente visitaram o Porto do Açu. O tema do encontro teria sido um plano de transferência para o Açu de um investimento de R\$ 500 milhões de um estaleiro que uma empresa de Cingapura ergue no Espírito Santo. Em março, depois que Lula lhe recomendou prestar maior atenção às demandas dos empresários, Dilma Rousseff reuniu-se com 28 megaempresários, entre eles o inefável X. Dias depois, numa reunião menor, a presidente e um representante do BNDES se teriam sentado à mesa com Eike e seus credores privados do Itaú, Bradesco e BTG-Pactual.

Equilibrando-se à beira do abismo, o Grupo X explora diferentes hipóteses de resgate. O BNDES, opção preferencial, concedeu um novo financiamento, de R\$ 935 milhões, à MMX e analisa uma solicitação da OSX, de créditos para a construção de uma plataforma de petróleo. Entrementes, diante da deterioração financeira do “melhor banco do mundo”, emergem opções alternativas. No cenário mais provável, o Porto do Açu seria resgatado por uma série de iniciativas da Petrobrás e da Empresa de Planejamento e Logística. A primeira converteria a imensa estrutura portuária sem demanda em base para a produção de petróleo na Bacia de Campos. A segunda esculpiria um pacote de licitações de modo a ligar o porto fincado no meio do nada à malha ferroviária nacional, assumindo os riscos financeiros da operação.

No registro do emblema, avasta mobilização de empresas estatais e recursos públicos para salvar o Grupo X pode ser justificada em nome da “imagem do País no exterior”, como sugere candidamente o governo, ou da proteção da imagem do próprio governo e de seu modelo de capitalismo de Estado, como interpretam as raras vozes críticas. No registro do indício, porém, o resgate em curso solicitaria investigações de outra ordem e de amplas implicações – que, por isso mesmo, não serão feitas.

✱
 SOCIÓLOGO E DOUTOR EM GEOGRAFIA HUMANA PELA USP. E-MAIL: DEMETRIO.MAGNOLI@UOL.COM.BR